



O Diretor(a)-Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições

Considerando o disposto no § 1º do art. 3º do Decreto n. 13.990, de 02 de julho de 2014 que regulamenta a Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, de domínio do Estado do Mato Grosso do Sul;

Considerando a Resolução SEMAGRO n. 774, de 21 de março de 2022 que estabelece normas e procedimentos para a Outorga de Uso de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Considerando o deferimento com bases nos elementos do processo nº. 0005030/2024.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar os atos relacionados com as Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado do Mato Grosso do Sul, devidamente registrados no Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos – CEURH, discriminados abaixo:

| | |
|---------------------------------|--|
| Ato | DECLARAÇÃO DE RESERVA DE DISPONIBILIDADE HÍDRICA |
| Objeto do Ato | Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes da DURH031068 |
| Requerente | 07.895.905/0001-16 - MINAS PCH |
| Tipo de Ponto de Interferência | Barramento |
| Finalidade de Uso | Geração de Energia Hidrelétrica |
| Município | RIBAS DO RIO PARDO |
| Unidade de Planejamento e | VERDE |
| Coordenadas do Ponto de | Latitude: -20° 21' 22" - Longitude: -52° 59' 11" - Projeção:SIRGAS |
| Capacidade Máxima de Acumulação | 88.320.000,00 m³ |

Art. 2º O Outorgado constante nesta portaria deverá cumprir as seguintes condicionantes:

1 Condicionantes Gerais:

1. A Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH), objeto desta resolução, não confere direito de uso dos recursos hídricos, sendo apenas referente a reserva de vazão a ser outorgada.
2. Esta Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica não dispensa, nem substitui a obtenção, pelo declarado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.
3. O aproveitamento hidroenergético deverá ser operado de modo a garantir as condições adequadas de qualidade e níveis da água necessários aos usos múltiplos cadastrados ao Órgão outorgante.
4. As vazões destinadas aos usos consuntivos, conforme anexo, poderão ser revistos a cada cinco anos, ou quando da aprovação, atualização ou revisão de Planos de Recursos Hídricos.
5. O abastecimento de água de sedes municipais e de regiões cujos pontos de captação estejam sob área de influência do reservatório do empreendimento não poderão ser interrompidos em decorrência da implantação do empreendimento.
6. O vertedor deverá ser verificado para a passagem de cheia máxima provável, mantendo uma borda livre em relação à crista da barragem de acordo com o porte do empreendimento.
7. A infra-estrutura viária, composta por rodovias, ferrovias e pontes, deverá ser relocada ou protegida contra cheias com tempo de recorrência de 100 anos, considerando o efeito do remanso sobre a linha de inundação do reservatório, definida a partir da revisão dos estudos de remanso.
8. Na ocorrência de vazões máximas instantâneas que superem a vazão máxima instantânea com tempo de recorrência de 50 anos acrescida de 5%, os estudos de vazões máximas e remanso devem ser atualizados à luz destes eventos, bem como as medidas de proteção das infraestruturas e localidades de montante contra os efeitos de remanso do reservatório;
9. Durante o enchimento, deverão ser garantidas as captações de água dos usuários de jusante, devendo o outorgado adotar as medidas de adaptação das referidas captações, se necessário;
10. Deverão ser mantidas as condições atuais de navegação, adequadas ao porte de navegação existente atualmente na região durante as fases de construção e operação do empreendimento.

11. O Imasul poderá rever, a qualquer tempo, os aspectos relativos à Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica dispostos nesta Portaria, inclusive para eventual atualização das vazões destinadas a usos consuntivos da água a montante e demais condições de operação do reservatório;

12. A Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, objeto desta Portaria: I. não confere direito de uso dos recursos hídricos e se destina a reservar a vazão a ser outorgada, possibilitando, ao investidor, o planejamento de seu empreendimento; II. tem prazo de validade de três anos, contado a partir da data de publicação, podendo ser renovada mediante solicitação, por igual período; e III. por se caracterizar como outorga preventiva, poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por tempo determinado, no caso de incidência nos arts. 15 e 16 do Decreto nº 13.990, de 2 de junho de 2014, e em caso de indeferimento ou cassação da Licença Ambiental.

13. O Outorgado deverá implantar e manter estações de monitoramento e reportar os dados monitorados regularmente à ANA e ao Imasul, conforme especificado na Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 127/2022, além de monitorar trimestralmente os seguintes parâmetros: salinidade, temperatura, amônia, nitrato, nitrogênio orgânico, fósforo inorgânico, fósforo orgânico, fosforo total, clorofila-a, zooplâncton, coliformes, OD e DBO, como forma de gerar dados primários necessários aos estudos de modelagem da qualidade da água;

14. São de responsabilidade exclusiva do titular da outorga todos os ônus, encargos e obrigações relacionadas à alteração, decorrente da implantação do empreendimento, das condições das outorgas emitidas pelo Imasul, além de captações de água, acumulações ou lançamentos de efluentes cadastrados e/ou considerados insignificantes, em vigor na data de início do enchimento, nos trechos de rio correspondentes à área a ser inundada e a jusante do empreendimento, conforme dispõe o inciso IV do artigo 5º da Resolução nº 37 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

15. O direito de uso de recursos hídricos, quando da transformação desta Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica em outorga de direito de uso, estará sujeito à cobrança, nos termos da legislação pertinente.

16. O titular da outorga é responsável pelos aspectos relacionados à segurança da barragem, devendo assegurar que seu projeto, construção, operação e manutenção sejam executados de acordo com o que estabelece a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e demais regulamentos emitidos pelo órgão fiscalizador da segurança da barragem

2 Condicionantes Específicas:

1. Atendimento às vazões médias mensais destinadas para múltiplos usos consuntivos a montante, em 7,24 m³/s, as quais foram estabelecidas durante o processo de análise do empreendimento e constantes no anexo "Série de Vazões e Previsão de usos consuntivos a montante do empreendimento";

2. A disponibilidade hídrica para geração de energia corresponde às vazões naturais afluentes, definidas no anexo de análise do empreendimento, subtraídas as vazões destinadas ao atendimento de outros usos consuntivos a montante, conforme tabela apresentada no anexo de análise do empreendimento;

3. NA máximo maximorum de montante: 310,50 m;

4. NA máximo normal de montante: 310,50 m;

5. Vazão para dimensionamento do vertedouro: 1.529,6 m³/s;

6. A vazão mínima a ser mantida a jusante do empreendimento é a Q95 de valor 137,03 m³/s. em casos em que a vazão afluente for inferior a vazão de referência 137,03 m³/s, a vazão a ser mantida a jusante da barragem deve ser igual a vazão afluente da mesma;

7. A vazão mínima a ser mantida a jusante do empreendimento durante o enchimento do reservatório deve ser no mínimo a Q95 de valor 137,03 m³/s, salvo nos casos em que a vazão afluente for inferior a vazão de referência 137,03 m³/s, situação em que a vazão defluente deverá ser igual a vazão afluente;

8. A vazão defluente informada para este barramento é de 155,30 m³/s;

9. Área inundada do reservatório no nível de água máximo normal: 12,82 km²;

10. Volume de água no reservatório no nível máximo normal: 88,32 hm³;

11. Vazão máxima turbinada: 171,7 m³/s;

12. Duas unidades geradoras (tipo Kaplan Vertical) de 12,50 MW cada;

Art. 3º As características técnicas dos usos de recursos hídricos do empreendimento constante desta Resolução estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.imasul.ms.gov.br>.

Art. 4º O requerente constante nesta portaria deverá cumprir, naquilo que lhe couber, os dispositivos no Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.

Art. 5º Esta portaria tem efeito legal até 23 de Janeiro de 2028.



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL
PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0007699, DE 23 de Janeiro de 2025.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ANDRE BORGES BARROS DE ARAUJO

Diretor (a) Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

Valide este documento em servicos.imasul.ms.gov.br, informando o código de segurança 5758485590007582 na opção "Validação de Portaria de Outorga".

